

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

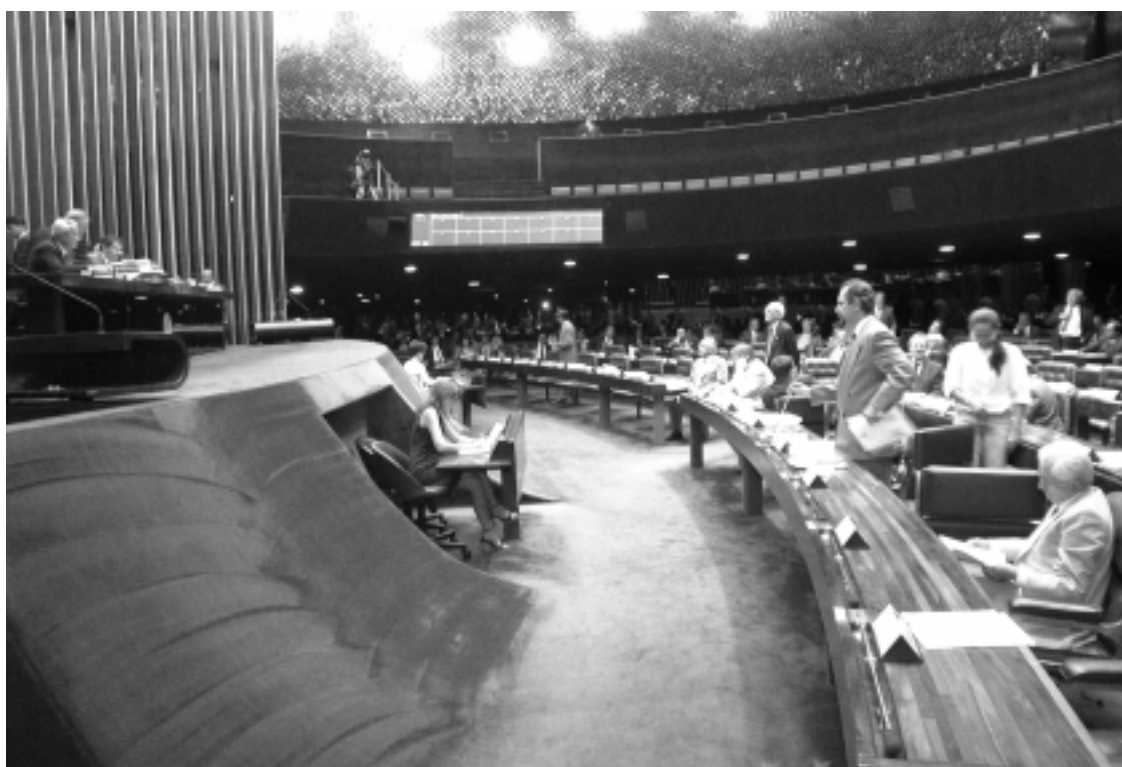
ANO VII - Nº 1.284 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2007

REFORMA POLÍTICA AVANÇA

1 Campanhas poderão ter financiamento público

2 Troca de partido impedirá candidatura por quatro anos

PÁGINA 3



Plenário votou dois itens da reforma política: o financiamento público de campanhas e a fidelidade partidária

Antonio Carlos depõe hoje no Conselho de Ética

PÁGINA 8

Antonio Carlos Magalhães fala hoje, a partir das 14h30, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar



CI acolhe criação de agências para o setor de transportes

Entendimento com o ministro Eliseu Padilha permitiu a aprovação, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, do projeto que muda a estrutura do setor de transportes no país.

PÁGINA 6



O presidente da CI, José Alencar, suspendeu os trabalhos para que os senadores pudessem negociar os pontos de divergência com o ministro dos Transportes



Dutra: população deve decidir destino da Chesf



Heloísa Helena é uma das autoras do projeto

Aprovado plebiscito sobre venda da Chesf

PÁGINA 4



Lúcio Alcântara é presidente da comissão, que votará o pedido de crédito externo

CAE examina solicitação de empréstimo para ajustes no Executivo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), reúne-se hoje, às 9h, para votar proposta do Executivo solicitando autorização para contratar operação de crédito externo no valor de aproximadamente US\$ 758 milhões com o Banco Mundial (Bird).

A operação de empréstimo, segundo a mensagem presidencial que acompanha a solicitação, será na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público (PSAL) e deve ser utilizada na implementação de reformas estruturais das áreas fiscal, administrativa, financeira, de gestão de recursos públicos e de gerenciamento da dívida. O objetivo é fortalecer o balanço de pagamento, ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal a médio e longo prazos.

A exposição de motivos do Ministério da Fazenda garante haver margem, nos limites do endividamento da União estabelecidos pelo Senado, para a contratação da operação de crédito. Está previsto que o empréstimo será conforme os termos usuais do Banco Mundial, com 15 anos para repagamento. Como esse tipo de operação não está relacionado com investimentos, não exige contrapartida em recursos nacionais e pode ser realizada num pagamento único.

Senado volta a discutir hoje emendas sobre a reeleição

As PECs determinam que chefes do Executivo renunciem ao mandato, seis meses antes da eleição, se quiserem recandidatar-se ao cargo

O Senado volta a discutir hoje as propostas de emenda à Constituição de autoria dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Nabor Júnior (PMDB-AC) que obrigam a renúncia, seis meses antes do pleito, dos governantes que desejarem disputar a reeleição.

A proposta de Jefferson impõe a renúncia dos governadores e prefeitos para impedir eventual abuso da máquina administrativa por parte daqueles que se mantiverem no cargo. Para



Para Nabor Júnior, a desincompatibilização é necessária



Jefferson Péres: simples licenciamento não evita uso da máquina

o senador, um simples licenciamento voluntário, às vésperas da eleição, não resolve o problema, pois o interino, além de geralmente ser amigo do titular, não vai modificar

o secretariado de confiança de quem está se candidatando.

O texto de Nabor Júnior exige a renúncia do presidente da República, governadores e prefeitos. Segundo Nabor, é necessária a desincompatibilização dos chefes do Executivo que quiserem reeleger-se, tirando-os da condição privilegiada em que se encontram.

Será a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, das duas propostas. Se aprovadas, as matérias serão ainda submetidas a segundo turno de votação.

■ Leia mais sobre reforma política na página 3



Empresário acusado de evasão de divisas será ouvido às 10h

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol que aconteceu hoje, às 10h, o empresário Juan Figger, que detém os passes de diversos jogadores. Juan Figger é acusado de utilizar os clubes uruguaios Rentistas e Central Espanhol para a evasão de divisas. Os senadores querem investigar a influência do empresário nas negociações e na administração dos clubes.

Na última terça-feira, a CPI tomou o depoimento do empresário Reinaldo Menezes da Rocha Pitta, que admitiu ter emprestado dinheiro ao deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), a seu filho Miguel Ângelo e ao ex-técnico da Seleção Brasileira Carlos Alberto Parreira. O depoente negou, entretanto, que tenha contas bancárias em paraísos fiscais.

Policiais rodoviários reivindicam gratificação por operações especiais

Policiais rodoviários federais reuniram-se ontem, no Auditório Petrônio Portella, para reivindicar a inclusão da categoria entre os beneficiados pela Gratificação por Operações Especiais (GOE), concedida à Polícia Federal e estendida posteriormente pelo governo federal aos bombeiros e policiais militares e civis do Distrito Federal. Após a reunião, os rodoviários encontraram-se com mais de 30 senadores, pedindo apoio à reivindicação.

Em documento entregue aos parlamentares, os policiais rodoviários afirmam que chegaram a ganhar a gratificação na Justiça, mas houve um período em que todos deixaram de recebê-la, uma vez que a medida provisória que a instituiu perdeu vigência. O presidente da República editou nova medida provisória sobre o tema, mas os policiais rodoviários foram novamente excluídos. Eles pedem que os deputados e os senadores acrescentem à MP nº 2.016/2001, em tramitação no Congresso, a previsão de que eles têm direito ao benefício.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

17h — Preside sessão deliberativa

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 45/00, modifica o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que obriga os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos a renunciarem seis meses antes do pleito, quando concorrem à reeleição; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 160/01, do senador Antero de Barros, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 22 e 23, de 2001, por regulamentar a mesma matéria; e Requerimento nº 161/01, da senadora Emília Fernandes, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 16/01 com o PLC nº 12/00 e o PLS nº 133/99, que já se encontram apensados, por regulamentar a mesma matéria.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Mensagem nº 92/01, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 757,5 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público, em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas fiscal, administrativa, financeira e de gestão de recursos públicos e gerenciamento da dívida, visando fortalecer o balanço de pagamentos, ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal no médio e longo prazo. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática
Pauta: eleição do presidente e vice-presidente. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — CPI do Futebol
Pauta: depoimento do empresário de jogadores Juan Figger. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

14h30 — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: depoimento do senador Antonio Carlos Magalhães. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Sexta-feira

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: depoimento do senador José Roberto Arruda. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célso Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovado financiamento público de campanhas

Proposta do senador Sérgio Machado, que será agora enviada à análise da Câmara dos Deputados, estabelece que as campanhas eleitorais deverão ser custeadas exclusivamente com recursos públicos

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) exigindo o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e fixando critérios de distribuição dos recursos dentro dos partidos. Ficou decidido que, em anos eleitorais, a dotação



Sérgio Machado: projeto veda doação de pessoa física ou jurídica

orçamentária do Fundo Partidário terá por base o valor de R\$ 7,00 por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral. A matéria agora vai à deliberação da Câmara.

Pelo projeto, fica vedado a partido e candidato receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, proveniente de pessoa física ou jurídica.

O Plenário decidiu também que os recursos do Fundo Partidário serão distribuídos aos diretórios nacionais dos partidos na seguinte proporcionalidade: 1%, em parcelas iguais, para todos os par-

tidos existentes; 99% para os partidos com representação na Câmara dos Deputados, na proporção de suas bancadas.

A matéria aprovada dispõe ainda que os recursos recebidos pelos partidos para o financiamento das campanhas serão distribuídos entre as diversas eleições e candidatos, segundo critérios definidos pelo diretório nacional, ouvidas as executivas regionais.

Vinte senadores manifestaram-se sobre a matéria, entre eles Roberto Requião (PMDB-PR), que considerou profundamente duvidosa a eficácia do projeto. Ele comparou a iniciativa à adoção, numa república capitalista, de re-

O que prevê a proposta

Em anos eleitorais, a dotação orçamentária do Fundo Partidário terá por base o valor de R\$ 7,00 por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral

A distribuição de uma pequena parcela dos recursos do fundo (1% do total) será equitativa para todas as agremiações

Os demais 99% serão destinados aos partidos que tenham representação na Câmara dos Deputados, segundo a proporção de suas bancadas

gras das repúblicas missionárias dos Guaranis. E disse que isso dará à Justiça Eleitoral possibilidades infinitas de alvitre.

A maioria dos senadores, contudo, considerou que a matéria abre caminho para acabar com a

corrupção no processo eleitoral. O senador Paulo Hartung (PPS-ES), por exemplo, disse que a iniciativa propiciará a igualdade de oportunidades entre os candidatos, estimulando a emergência do novo.

Propostas foram sugeridas por comissão especial do Senado

O financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária foram duas das principais propostas apresentadas há pouco mais de dois anos por uma comissão especial do Senado que analisou a reforma política. A comissão sugeriu ainda a adoção do voto distrital misto, segundo o qual metade dos deputados seriam eleitos por listas partidárias e metade por distritos eleitorais, e a exigência de um percentual mínimo de votos para que um partido político tenha representação na Câmara dos Deputados.

O projeto do senador Sérgio Machado que prevê o financiamento público segue a linha geral adotada nas propostas da reforma política — o fortalecimento dos partidos. Está prevista a distribuição equitativa de uma pequena parcela dos recursos do fundo — 1% do total — para todas as agremiações. Os demais 99% são destinados aos partidos que tenham representação na Câmara dos Deputados, segundo a proporção de suas bancadas.

A aprovação do projeto do senador Jorge Bornhausen que estabelece o fortalecimento da fidelidade partidária, por sua vez, ocorreu após um longo período de debate a respeito da matéria no Congresso Nacional. A discussão sobre o tema cresceu à medida que também aumentaram os casos de mudanças de legendas pelos parlamentares.

Na Câmara, desde 1999 — primeiro ano da atual legislatura —, 134 deputados trocaram de partido. Muitos deles adotaram novas legendas mais de uma vez. Alguns chegaram a participar de cinco bancadas diferentes em dois anos. No Senado, durante o mesmo período, cinco senadores trocaram de partido e quatro outros deixaram suas legendas.

O projeto aprovado não proíbe a troca de partidos, mas a desestimula. De acordo com a proposta, os candidatos a cargos eletivos que já tenham pertencido a outro partido precisarão estar filiados por pelo menos quatro anos em sua atual agremiação para poderem concorrer às eleições. Se houver mudança de partido após a eleição, o candidato não poderá participar do pleito seguinte.

O projeto mantém em um ano o prazo de filiação partidária dos candidatos que nunca tenham pertencido a outro partido. Exclui ainda do prazo mínimo de quatro anos de filiação os candidatos que tenham saído de seus partidos em caso de fusão ou incorporação de legendas ou para participar, como fundadores, de novo partido.

Filiação partidária deverá ter prazo maior

O Senado também aprovou ontem projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) alterando a Lei dos Partidos Políticos para ampliar de dois para quatro anos o tempo de filiação exigido do candidato que tenha mudado de partido. Bornhausen quer limitar o troca-troca de partido, exigindo um mínimo de identidade e estabilidade na relação entre o candidato e sua agremiação. O texto agora vai à Câmara dos Deputados.

Ao exigir quatro anos para o prazo de filiação partidária, Bornhausen disse que seu objetivo é forjar quadros partidários que não sejam tão voláteis como os que integram a maioria das siglas brasileiras. Também disse que seu projeto reforça o principal objetivo da reforma político-partidária, que é o fortalecimento dos partidos.

O prazo de 60 dias concedido pelo projeto para que a lei entre em vigor, segundo Bornhausen, tem por objetivo permitir as acomodações do quadro partidário.

O que muda na filiação partidária

O tempo de filiação para o candidato que tenha mudado de partido passa de dois para quatro anos

É concedido um prazo de 60 dias para que a lei entre em vigor. O objetivo é permitir as acomodações do quadro partidário, em face da implantação das novas regras de filiação

modações do quadro partidário.

No debate da matéria, os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Paulo Hartung (PPS-ES) afirmaram que a Casa não devia aprovar um projeto imperfeito e enviá-lo para ser corrigido na Câmara. Fogaça argumentou que, se tem o propósito de impedir a barganha política e o balcão de negócios nesse assunto, o projeto elimina inteiramente o direito ao livre-arbítrio, quando amplia para quatro anos o tempo de filiação



Jorge Bornhausen quer limitar troca de partidos

exigido para o político mudar de legenda.

Antonio Carlos Valdares (PSB-SE) afirmou que o projeto devia dar relevância à fidelidade partidária, não à questão da filiação. Ele sustentou que tornar inviável a candidatura de quem sai de um partido é um ato de violência.

Jefferson Péres (PDT-AM) se disse favorável à criação de normas de fidelidade partidária, mas observou que muitos candidatos são compelidos a deixar o partido logo depois da eleição.

Sérgio Machado celebra início da reforma

“A mãe de todas as reformas é a reforma política”, disse ontem o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), ao celebrar a aprovação dos projetos que regulamentam o financiamento público de campanhas eleitorais e ampliam o prazo exigido para um político mudar de partido.

O senador ressaltou que, para ter política é preciso haver partidos, e, para haver partidos é preciso que eles não sejam meros cartórios eleitorais. Ele criti-

cou o fato de que, no Brasil, troca-se de partido “ao sabor dos ventos”. E disse que isso acontece conforme a conveniência da reeleição do candidato.

Sérgio Machado afirmou que, quando o político tem compromisso com o partido, luta para que a agremiação dê certo, esteja no governo ou na oposição. “Quando não tem compromisso nenhum, ao chegar a hora de disputar a reeleição, o candidato faz a troca, sem o menor problema”.

Falando da necessidade de o Brasil fazer mudanças institucionais profundas, Sérgio Machado admitiu que o projeto que normatiza o financiamento público das campanhas não é o ideal, mas disse que as regras vigentes sobre esse assunto são de envergonhar.

Ele afirmou que o texto aprovado dará igualdade de condições entre os partidos. No entender de Sérgio Machado, o que existe hoje no Brasil é o financiamento subterrâneo dos candidatos.

Senado aprova plebiscito sobre privatização da Chesf

Projeto de decreto legislativo apresentado por José Eduardo Dutra e Heloísa Helena determina que sejam ouvidas as populações de oito estados. Proposta será agora apreciada pela Câmara dos Deputados

O Senado aprovou ontem a realização de plebiscito sobre a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Pelo projeto de decreto legislativo, de iniciativa dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Heloísa Helena (PT-AL), serão ouvidas as populações de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, estados abrangidos pelas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia realizadas pela companhia.

A aprovação se deu por voto simbólico com o apoio das bancadas do PMDB e do Bloco Oposição. Dutra comemorou a decisão e lembrou que, por se tratar de decreto legislativo, a proposta, se aprovada na Câmara dos Deputados, não poderá ser vetada pelo presidente da República.

Estados onde deverá ser realizada a consulta



— A Chesf exerce o papel de gestora de vasta gama de atividades econômicas na Bacia do São Francisco, na medida em que

as suas barragens proporcionam múltiplos usos do rio. Seu potencial é inequivocamente relevante para os nordestinos. Nada mais oportuno, portanto, que as próprias populações interessadas decidam sobre a procedência da Chesf ser ou não revertida à iniciativa privada — justificou Dutra.

Antes da votação, os senadores rejeitaram requerimento assinado pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Hugo Napoleão (PFL-PI) propondo o adiamento da discussão. O líder pefelista pe-



Dutra e Heloísa Helena são autores do projeto de decreto legislativo que exige consulta popular sobre a venda da Chesf

dia um prazo de 30 dias para que a proposta fosse melhor avaliada pelos senadores. Um dos parlamentares que defenderam a votação imediata da proposta, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) lembrou o risco de desabastecimento energético por que passa o país. Ele acusou o governo de ter interrompido os investimen-

tos em geração e transmissão de energia.

— O país tem que reformular o modelo de privatização do setor energético. É preciso discutir, por exemplo, o tratamento que será dado aos consumidores de baixa renda em relação aos grandes consumidores de energia — defendeu Hartung.

Mudança na tramitação de projetos passa em segundo turno

O Plenário aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional (PEC) que altera a tramitação das propostas referentes à estrutura federativa. Pela proposta do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), esse tipo de proposição será analisada primeiramente pelos senadores, para só então ser apreciada pelos deputados. Ornélas disse que a idéia é pôr fim à imagem do Senado como Casa revisora das decisões da Câmara. Além disso, sustenta o senador, a redução das desigualdades sociais depende em grande parte de um Senado fortalecido.

Para Ornélas, a Casa, como representante da Federação, deve executar uma política regional, discutindo as questões referentes aos estados. Ele considerou

incongruente que matérias de interesse da Federação sejam primeiramente votadas pelos deputados, para virem depois, como assunto encerrado, ao Senado, com a alegação de que precisam ser deliberadas rapidamente para entrar em vigor.

O Senado também realizou ontem o terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC que determina que prefeitos, governadores e presidente da República, candidatos à reeleição, renunciem aos cargos seis meses antes dos pleitos. De acordo com o autor da proposta, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), é preciso aprimorar a legislação eleitoral, conferindo lisura e transparência às eleições e evitando o uso da máquina administrativa.



Waldeck Ornélas quer que o Senado aprecie antes da Câmara as matérias de interesse federativo

Antero pede ajuda federal aos atingidos pelas chuvas em Cuiabá



Antero Paes de Barros faz apelo a FHC e à Defesa Civil

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e à Defesa Civil Nacional no sentido de que promovam socorro imediato às milhares de famílias de Cuiabá (MT) que se encontram desabrigadas em consequência das fortes chuvas que caíram sobre a cidade desde a noite de terça-feira. Ele comunicou que já haviam sido registradas 14 mortes.

Falando também em nome dos senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), Antero pediu que Fernando Henrique, a exemplo do que fez quando fortes chuvas atingiram Minas Gerais, vá pessoalmente a Cuiabá prestar solidariedade às vítimas. “Cuiabá está vivendo um dos piores momentos de sua história”, lamentou.

Em nome do Senado, o presidente da Casa, senador Jader Barbalho, manifestou solidariedade e a certeza de que os governos federal, estadual e municipal conseguirão superar o problema vivido pela população de Cuiabá.

Autorizado funcionamento de emissoras

O Senado decidiu autorizar ontem o funcionamento das seguintes emissoras de rádio: Fundação Sara Nossa Terra, de Angra dos Reis (RJ); Rádio Morena Stereo, de Campinas (SP); Sistema Excelsior de Comunicação, de Ibiúna (SP); e rádio a ser explorada pela prefeitura municipal de Capinópolis (MG).

Jader recebe ex-funcionários da Manchete

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem uma comissão de ex-funcionários da extinta TV Manchete, cuja concessão foi repassada à TV Ômega (Rede TV!), que solicitou o seu apoio para viabilizar o pagamento de débitos trabalhistas que remontam ao ano de 1998. A comissão, acompanhada pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, também foi recepcionada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da Comissão de Educação, à qual o assunto está ligado.

Jader se disse solidário ao pleito dos 1,6 mil radialistas nessa situação e o encaminhou à CE, observando que uma solução política para o impasse pode desencadear a solução jurídica do caso. Ricardo Santos afirmou que já pediu informações sobre as dívidas trabalhistas ao grupo TV Ômega e garantiu que, enquanto os dados não forem repassados, a concessão não será renovada.

O presidente da CE também adiantou que, dentro de 20 dias, deverá ser realizada audiência pública para discutir essa questão. O debate foi solicitado por Eduardo Suplicy. De acordo com Roberto Machado, diretor do Sindicato dos Radialistas de São Paulo e ex-funcionário da Manchete, o grupo TV Ômega, além de não assumir as dívidas trabalhistas, conforme havia se comprometido, não estaria recolhendo o INSS e o FGTS dos atuais empregados e resistiria a pagar uma dívida trabalhista que já chega a R\$ 190 milhões.

Pesar pela morte de André Maggi

O Senado aprovou requerimento de pesar pela morte do empresário André Antônio Maggi, falecido no sábado passado, aos 73 anos de idade, em São Paulo. Serão enviadas condolências à família e aos municípios de Mato Grosso onde estão situadas suas propriedades agrícolas.

Ao encaminhar o requerimento, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que, além de ser o maior plantador de soja do país — mais de um milhão de toneladas/ano —, Maggi era conhecido, em Mato Grosso, como o grande desbravador do Centro-Oeste. “Em agosto passado, em Cuiabá, a Fundação Mato Grosso lhe conferiu, justamente, o título de o último bandeirante do século.” Nascido no Rio Grande do Sul, André Maggi primeiro se estabeleceu no Paraná e depois foi desbravar Mato Grosso, onde fundou e estabeleceu suas propriedades agrícolas e empreendimentos de navegação e exportação, disse Jonas Pinheiro.

Os senadores Osmar Dias (PSDB-PR), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também enalteceram o caráter empreendedor e progressista de André Maggi, que, como um verdadeiro bandeirante dos tempos modernos, abriu picadas, fundou povoados e cidades, colonizou terras e abriu horizontes. O presidente Jader Barbalho associou-se às manifestações de pesar pela morte de André Maggi, em nome da Mesa e do Senado.

CCJ aprova emenda em favor de policiais de RO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que constitui quadro em extinção, sob responsabilidade do governo federal, para reunir os policiais militares de Rondônia que estavam em exercício quando da transformação do território em estado.

Segundo Moreira, os policiais foram recrutados e contratados pelo governo federal e, com a criação do novo estado, em 1988, foram transferidos para a folha de pagamento do estado. A emenda constitucional da reforma administrativa, porém, transferiu os policiais militares do Amapá e de Roraima, deixando de fora apenas os servidores que atuavam em Rondônia, "por um cochilo da banca da de Rondônia na Câmara".

O autor da PEC informou ainda que não foi possível emendar a reforma administrativa no Senado, em face da urgência que havia na aprovação da matéria. Se alterada, ela teria de voltar à Câmara. Ele lembrou que, nos últimos dois anos, tentou-se buscar uma solução no âmbito infraconstitucional, o que não foi possível e, só com a PEC, os policiais militares podem passar a receber pela União.

— A PEC foi fruto de entendimento com o Planalto e mantém a redação do artigo 31, dada pela emenda nº 19 (da reforma administrativa). Não se trata de trem da alegria, mas apenas de um resgate dos direitos dos servidores de Rondônia — disse Moreira Mendes, que teve o apoio do líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), que confirmou o entendimento no sentido de corrigir a injustiça.

Francelino destacou que a medida vai implicar "irrisório aumento de despesas da União", já que 576 policiais, hoje pagos pelo estado, encontram-se nessa situação.

— A pretensão da proposta é tão-somente reparar a incoerência legislativa que se reconhecia existir, um claro equívoco e injustiça do Senado Federal para com os policiais militares do ex-território federal de Rondônia — afirmou o relator.

Anadyr explica papel da corregedoria

Ela esclarece que o trabalho do órgão tem como objetivos assegurar a "regularidade interna no serviço público" e "coibir desvios éticos". A ação, frisou, será limitada ao Poder Executivo

Em sua exposição inicial na audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a corregedora-geral da União, Anadyr de Mendonça Rodrigues, esclareceu que a ação do órgão está limitada ao âmbito do Poder Executivo. Ela também afirmou que a Corregedoria terá relação "íntima e permanente" com órgãos como a Advocacia Geral da União (AGU) e o Ministério Público (MP).

Anadyr foi convidada à CCJ, por requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), para explicar ao Senado as atribuições e meios de que dispõe para exercer suas funções. Segundo ela, a corregedoria tem como missão reforçar a vigilância que hoje existe de forma pulverizada nos ministérios e órgãos públicos.

— É como se dotar uma orquestra de seu maestro. O maestro não tocará qualquer instrumento, mas coordenará e harmonizará os diversos instrumentistas, provendo para que nenhum deixe de tocar, nem que seja neces-

sário substituí-lo — afirmou.

Ela definiu que a corregedoria se constituirá em um "sistema global garantidor da regularidade interna no serviço público, coibidor dos desvios éticos". Anadyr disse que o órgão acompanhará todos os processos de apuração de irregularidades e que, para isso, os recursos de informática são fundamentais.

A transparência, disse Anadyr, será estimulada por meio da franquia das informações a todos os meios de divulgação, resguardada a identidade dos denunciados para que não sejam expostos injustamente. A corregedora informou ainda que irá oferecer a todos os cidadãos os meios necessários para que façam denúncias de que tenham conhecimento.

Anadyr Rodrigues observou que todas as iniciativas da corregedoria que constatarem improbidade administrativa serão enviadas à AGU, que ajuizará ações para recompor os danos causados ao patrimônio público.



Dutra vê "propaganda enganosa" quanto a poder da corregedoria

Osmar quer liberdade para parlamentares assinarem requerimento

Fogaça: tanto CPI como corregedoria têm limitações

Para senadores, novo órgão não pode substituir uma CPI

A motivação do governo quanto à criação da Corregedoria Geral da União, associada por alguns senadores a uma tentativa de inibir a instalação da CPI da Corrupção, foi um dos focos da audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a corregedora-geral, Anadyr de Mendonça Rodrigues.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) acredita que o governo criou o órgão para contrapô-lo à CPI e que, assim, faz "propaganda enganosa de que poderá substituir um inquérito parlamentar".

Para o senador Osmar Dias (PSDB-PR), o governo deveria liberar os parlamentares de sua base de apoio para que eles possam assinar requerimentos de criação de CPIs destinadas a investigar a corrupção. Ele afirmou que a população vem pressionando, "de forma até agressiva, para que o Congresso instale a CPI".

Anadyr disse que, nas três vezes em que esteve com o presidente, recebeu garantias de que teria o apoio necessário para fazer qualquer investigação. Ela também avaliou que não há superposição entre as tarefas da corregedoria e de uma CPI. Para a corregedora, a criação do órgão "será sempre melhor do que nada".

O senador José Fogaça (PMDB-RS), que tentou circunscrever as competências da corregedoria, reconheceu a pressão que existe para a criação de uma CPI, mas observou que uma CPI também tem limi-

tes, já que não tem poderes para punir, enquanto a corregedoria não pode atuar no campo da ética, pois deve ater-se aos dispositivos legais. Ele ponderou ainda que os limites do novo órgão, na atual conjuntura política, são grandes.

Como presidente da CCJ, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) explicou que, com sua intervenção, Fogaça quis reduzir expectativas para que o novo órgão não se transforme em frustração. A corregedora afirmou que também é seu papel "desmistificar as ilusões, já que as pessoas superestimaram as funções do novo órgão".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) discordou da corregedora quando ela afirmou que não irá apurar a violação do painel eletrônico do Senado por não fazer parte da sua esfera de atuação. Para Suplicy, atos políticos e atos administrativos não devem ser diferenciados. Porém, Anadyr informou a Suplicy que a corregedoria já investiga as denúncias de irregularidades na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e ofereceu ao senador os documentos sobre o caso.

— A corregedoria é um cheque em branco que pode se transformar num cheque sem fundos se não forem apresentados resultados. Mesmo que as providências sejam pequenas e tópicas, terão repercussão e o órgão não terá servido apenas como propaganda enganosa — afirmou a corregedora, em resposta ao senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Romero Jucá (PSDB-RR) e Francelino Pereira (PFL-MG) mostraram-se mais esperançosos com relação às possibilidades de a corregedoria vir a esclarecer irregularidades por meio das investigações que poderá realizar.



Anadyr, ao lado do presidente da CCJ, Bernardo Cabral: "É como se dotar uma orquestra de seu maestro"

Faltam garantias para exercer cargo, dizem Simon e Jefferson

Os senadores Pedro Simon e Jefferson Péres (PDT-AM) lamentaram o fato de o cargo de corregedor-geral da União ser demissível *ad nutum*, ou seja, a juízo exclusivo de quem o nomeou — no caso, o presidente da República. Para Simon, autor do requerimento que pediu a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a corregedora-geral da União, Anadyr de Mendonça Rodrigues, o nome indicado pelo Planalto para o cargo deveria ter mandato e ser submetido à aprovação do Senado, como ocorre com outras autoridades, como o

procurador-geral da República, diretores do Banco Central e de agências reguladoras de setores da economia.

Jefferson acredita que, sem garantias, a corregedora não terá "carta branca" para agir, já que poderá atingir interesses do poder vigente. Em resposta, Anadyr disse que esse fato não deve prejudicar a sua atuação e não a preocupa.

— Não creio que Vossa Senhoria não encontre obstáculos à sua atuação e não sei até que ponto terá liberdade de atuar. Receio que esse órgão acabe por ser mais uma frustração, em que pesem os seus esforços — afirmou Jefferson.

CI aprova reestruturação do setor de transportes

Senadores esclareceram pontos de divergência com Eliseu Padilha e acolheram por unanimidade o parecer favorável à proposta do Executivo

Parecer favorável do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) ao projeto da Câmara que reestrutura o setor federal de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário foi aprovado por unanimidade, ontem, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Em seu relatório, Nabor Júnior acatou integralmente o substitutivo da Câmara elaborado pelo deputado Eliseu Resende (PFL-MG), rejeitando as 17 emendas apresentadas no âmbito da CI. De autoria do Poder Executivo, a matéria tramita em regime de urgência e deve ser votada pelo Plenário do Senado até o dia 6 de maio.

Os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), Gerson Camata (PMDB-ES), Ricardo Santos (PSDB-ES) e Moreira Mendes (PFL-RO) resolveram abrir mão de suas emendas após um acordo firmado com o governo. Diante da polêmica em torno do projeto, o presidente da CI, senador José Alencar (PMDB-MG), suspendeu temporariamente os trabalhos para que os parlamentares pudessem negociar os pontos de divergência com o próprio ministro dos Transportes, Eliseu Padilha.

Para não atrasar a aprovação da matéria, que teria de voltar à Câmara se fosse emendada no Sena-



Comissão de Serviços de Infra-Estrutura debateu longamente o projeto antes da aprovação do parecer de Nabor Júnior

do, ficou acertado que o decreto de regulamentação da nova lei irá contemplar as sugestões dos senadores. Graças a esse acordo, a Valec – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A, estatal concessionária da Ferrovia Norte-Sul, não será extinta ou dissolvida, conforme prevê o projeto, antes da conclusão da obra. Em caso de privatização da empresa antes do término da ferrovia, assegurou-se que a obra integrará o rol de obrigações da concessionária privada.

A negociação entre os senadores da CI e o ministro Eliseu Padilha também alcançou a área portuária. Embora seja criada a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), deverão ser mantidas as atribuições e competências

do Conselho de Atividade Portuária (CAP) e da administração portuária previstas na Lei nº 8.630/93 (Lei dos Portos). Essa mesma legislação também continuará a reger os atos de outorga para exploração dos terminais portuários. Também foi aprovada a criação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura votou projeto do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) relativo à preservação da concepção urbanística de Brasília. A CI aprovou por unanimidade parecer do relator, senador Paulo Hartung (PPS-ES), pela rejeição do projeto. Segundo Hartung, a proposta apresentava contradições e aspectos de inconstitucionalidade.

Embora não tenha considerado essa solução ideal, “mas a possível no momento”, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) disse esperar que o governo cumpra com o compromisso de incluir as propostas parlamentares no decreto de regulamentação da nova lei.

O líder interino do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), intermediador da negociação, afirmou que as mudanças aprovadas irão contribuir para tornar o setor de transportes “mais atuante e menos oneroso”. Compartilham desse sentimento o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) e o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que destacou a qualidade do substitutivo da Câmara e considerou justas as reivindicações do Senado.

Apesar de ratificarem o parecer favorável do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), os senadores

Siqueira Campos (PFL-TO), Paulo Souto (PFL-BA), Alberto Silva (PMDB-PI) e Geraldo Cândido (PT-RJ) protestaram contra a premência de tempo para análise da matéria no Senado. “Essa benevolência não pode ser regra e servir de argumento para que não nos detenhamos na análise de questões importantes”, advertiu Eduardo Siqueira Campos.

O presidente da CI, senador José Alencar (PMDB-MG), também ressaltou a competência do deputado Eliseu Resende (PFL-MG), relator do projeto na Câmara, e a qualidade do seu substitutivo. “Esse projeto pretende ajustar o Brasil às exigências do mercado internacional, possibilitando a redução dos custos de transportes para baratear as importações e tornar nossos produtos mais competitivos no exterior”, disse.

Moreira critica relatório do Cade sobre sinal de TV

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) fez um apelo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para que reveja um relatório favorável à pretensão de uma multinacional, proprietária de satélite de comunicação e detentora do controle acionário do sistema de TV a cabo do Grupo Abril, de receber, sem custos, o sinal da Rede Globo de Televisão.

– O relatório confunde um sinal de televisão com um mero fio de energia, sem entender que a empresa usará a programação da TV Globo somente para atrair assinantes para o seu sistema – protestou.

Segundo Moreira Mendes, o relatório baseia-se no princípio *must-carry*, obrigatório no caso dos fios de diversas empresas de transmissão de rede elétrica ou de telefonia. Ele advertiu, porém, que o princípio não se aplica aos sinais abertos da TV Globo, porque implica a cessão gratuita de uma programação de dramaturgia e jornalismo, com tradição de décadas e compromisso com milhões de telespectadores.

Moreira Mendes afirmou que o relatório foi feito por um ex-presidente do Cade, agora contratado por uma empresa estrangeira.



Para Moreira Mendes, “o relatório confunde um sinal de televisão com um mero fio de energia”

– Ele está tentando usurpar um direito que é nosso, alegando que a Rede Globo faz concorrência desleal por deter 50% da audiência diária e 70% dos anúncios comerciais, devendo, portanto ceder seu sinal de graça – explicou.

O senador contesta a veracidade desses números, lembrando que as demais redes brasileiras concorrentes disputam palmo a palmo os telespectadores e não questionam o fato de a Globo ter mais audiência por ser mais eficiente.

– A alegação da multinacional é um engodo proposto para se apropriar de bens culturais sem correr os riscos desse negócio complexo de juntar talentos para produzir informação e cultura – concluiu.

Aids em idosos é tema de “Entrevista” na TV Senado

No programa *Entrevista* de hoje, às 9h30, na TV Senado, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), presidente da Subcomissão do Idoso, fala dos altos índices de contaminação pelo vírus da Aids entre os idosos e cobra do governo novas campanhas de prevenção da doença destinadas às pessoas da terceira idade.

Também hoje a TV Senado reapresenta *O Especial Brasília 2001*,

em homenagem à capital do país, que no dia 21 de abril comemorou 41 anos. O especial mostra a cidade idealizada por JK e concebida por Lúcio Costa, com obras arquitetônicas de Oscar Niemeyer. *O Especial* vai ao ar às 9h.

A partir de 14h30h, a TV Senado transmite a reunião do Conselho de Ética, convocada para ouvir o depoimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30–*Debate*—O sen. Saturnino Braga e o professor e cientista político Ricardo Caldas falam sobre a participação do Brasil na Alca
7h30–*Entrevista*—O sen. Paulo Hartung fala sobre a política de saneamento básico
8h–*Jornal do Senado*—As principais notícias do dia
8h30–*Saúde/Unip*—O Álcool e a sociedade – Parte 1

9h–*Especial*—Brasília 2001
9h30–*Entrevista*—O sen. Leomar Quintanilha fala sobre os idosos
10h–*Sessão Plenária* (vivo)
14h30–*Conselho de Ética*—Ouve o depoimento do sen. Antonio Carlos Magalhães (vivo)
21h–*Jornal do Senado*—As principais notícias do dia
21h30–*Conselho de Ética*—Ouve o depoimento do sen. Antonio Carlos Magalhães (representação)
Logo após—*Sessão Plenária* (representação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Senadores saúdam acordo com o governo

Senadores integrantes das bancadas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste declararam-se satisfeitos com o acordo firmado com o Ministério dos Transportes, durante reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em torno do projeto da Câmara que reestrutura o setor federal de transportes. O projeto cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Enquanto o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse acreditar que esse acordo assegura recursos para a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, o senador Bello Parga (PFL-MA) destacou a importância do consenso entre o Legislativo e o Executivo em torno da questão.



Presidida por Robson Tuma, a CPI do Roubo de Cargas prossegue hoje na audiência de testemunhas e envolvidos no desaparecimento de caminhoneiros

Comissão ouve 12 depoentes e decreta prisão de comerciante

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso que investiga o roubo de cargas decretou, durante audiência pública realizada na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, a prisão do comerciante Arlindo Manfroi, acusado de prestar falso testemunho e obstruir os trabalhos da comissão. Durante todo o dia, a CPI ouviu 12 depoentes, entre testemunhas e acusados de envolvimento com o crime organizado.

Manfroi, estabelecido em Farroupilhas (RS), era dono da extinta empresa Estrela Comércio de Caminhões, suspeita de receptar e vender veículos roubados. Ele foi confrontado com dois compradores, Volmir Rosseti e Armindo Luiz Pretto, e se contradisse durante o depoimento à CPI. Volmir, por sua vez, confessa ter assassinado, após discussão na sede da Estrela, o sócio de Manfroi, Geni Rui. Já Armindo Luiz Pretto é irmão do caminhoneiro Pedro Paulino Pretto, desaparecido desde 1998, quando



levava uma carga para Curitiba.

A CPI, presidida pelo deputado federal Robson Tuma (PFL-SP), ouviu ainda o comerciante Vitalino Favaretto, também suspeito de receptar caminhões roubados. Além disso, foram ouvidos quatro comerciantes e curtidores de couro de Novo Hamburgo (RS), no Vale dos Sinos, suspeitos de terem comprado remessas de couro semi-acabado roubado. O deputado Pompeo de Mattos afirmou que o crescimento de desvio de couro é decorrente do aumento do preço do produto.

Hoje, a CPI ouve ainda 12 depoentes na Assembléia Legislativa de Porto Alegre. Entre eles, Ademir Albarello, acusado de roubar mais de cem caminhões. Posteriormente os parlamentares seguem para Joinville (SC), onde ficarão até amanhã. A CPI também quer ouvir o depoimento do traficante Luis Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, na próxima semana.

Governadores do PFL pedem conclusão da Ferrovia Norte-Sul

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu ontem à Mesa do Senado a transcrição de moção de apoio à continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul assinada pelos seis governadores do PFL: Siqueira Campos, do Tocantins; César Borges, da Bahia; Roseana Sarney, do Maranhão; José Bianco, de Rondônia; Amazonino Mendes, do Amazonas, e Jaime Lerner, do Paraná. Eles se reuniram em São Luís (MA) no último dia 23.

No documento, os governadores manifestam-se favoráveis à rápida conclusão da ferrovia, por meio da privatização dentro do modelo previsto no Orçamento Plurianual



Eduardo destacou a posição dos governadores

(Avança Brasil). Eles entendem que a finalização da Norte-Sul vai contribuir para a mudança da matriz de transportes do país, hoje baseada nas rodovias, aumentando a competitividade internacional dos produtos brasileiros, já que as ferrovias são mais econômicas.

Conforme os governadores, a privatização da concessão ferroviária está em andamento, autorizada por decreto presidencial de junho de 1999. Os estudos do modelo de privatização já estão disponíveis, restando somente determinar o valor presente da concessão para encaminhamento ao Conselho Nacional de Desestatização (CND).

Deficientes auditivos poderão ter direito a telefones especiais

Operadoras deverão ser obrigadas a instalar em locais públicos aparelhos equipados com visor que permite a leitura da mensagem

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo ao projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que torna obrigatória a instalação de telefones especiais para deficientes auditivos em locais públicos, incluindo hospitais, escolas, órgãos de governo, empresas, shoppings e rodoviárias. A matéria volta a ser examinada pela comissão na próxima semana e, se aprovada, segue para apreciação do Plenário do Senado.

De acordo com o projeto, os telefones especiais serão equipados com um teclado de escrever e um visor que permitirá a leitura da mensagem telefônica, além de alarme luminoso em substituição à tradicional campainha. As empresas



Cândido é autor do projeto que beneficia deficientes auditivos

prestadoras de serviço telefônico, de acordo com o substitutivo, serão obrigadas a instalar 4% de telefones especiais, que deverão também ser equipados para atender aos deficientes da fala e usuários de cadeira de rodas.

As listas de assinantes de serviço telefô-

nico fixo, de acordo com o projeto, deverão conter a sigla TPDA (Telefone Especial para Deficientes Auditivos), além de instruções necessárias para contatar a central de ligações comuns e especiais. Segundo Geraldo Cândido, autor do projeto, a instalação dos telefones especiais para deficientes auditivos vai propiciar a independência na comunicação a distância, além de facilitar a vida de milhões de brasileiros.



A Comissão de Assuntos Sociais aprovou substitutivo ao projeto, que volta a ser examinado na próxima semana

Decisão sobre retinose pigmentar fica em aberto

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) encaminhou à análise do Ministério da Saúde a conveniência ou não de se criar uma comissão de estudos visando acrescentar o tratamento da retinose pigmentar (*Retinosis pigmentaria*) nos hospitais conveniados do Sistema Único de Saúde (SUS).

A decisão responde a ofício enviado pela Câmara Municipal de Araraquara (SP) e foi tomada por unanimidade pela comissão, ao aprovar um voto em separado do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). No voto, o senador manifestou-se contrariamente ao parecer do relator da matéria na CAS, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que havia sugerido o arquivamento do ofício.

Sebastião Rocha concordou que a comissão não teria competência constitucional para a realização dos estudos e pesquisas propostos, mui-

to menos para implementar ações de prevenção e tratamento da doença. Ele avaliou também que o fato de as informações de incidência da retinose pigmentar citadas no ofício da Câmara de Araraquara não se referirem às fontes responsáveis por elas não justifica rejeitar sumariamente que os dados possam ser verídicos. Segundo os vereadores, há 500 mil casos da doença no país e o SUS teria gasto, só em 1998, mais de US\$ 170 mil enviando 700 pacientes brasileiros para tratamento no Centro Internacional de Retinose Pigmentar de Cienfuegos, em Cuba.

A CAS também decidiu enviar ao Poder Executivo ofício do Sindicato Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos (Sinic), solicitando a criação de curso de nível superior e de conselho federal da categoria profissional. O senador Mozarildo Cavalcanti, relator da matéria, informou que a transformação do Códico

Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos em proposição legislativa para exame do Congresso Nacional não é apropriada nem oportuna.

PESCADORES

O presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), decidiu marcar para a próxima reunião a votação do projeto que concede o seguro-desemprego ao pescador profissional que exerça a sua atividade de forma artesanal. Pela proposta, o pescador terá direito ao benefício, no valor de um salário mínimo, durante o período de proibição da atividade pesqueira (defeso) fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama).

Caso o projeto venha a ser aprovado, o seguro-desemprego será concedido para o pescador que utilizar embarcação de, no máximo, dez toneladas de arqueação bruta.

Subcomissão do Cinema elege hoje presidente e vice

As questões relativas à produção, distribuição e divulgação cinematográfica nacional terão um foro específico de debates e de propostas legislativas. Trata-se da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e

Informática, que funcionará no âmbito da Comissão de Educação do Senado e que será definitivamente instalada em reunião hoje, às 10 horas, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente.

A reunião será presidida pelo

senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator dos trabalhos da comissão provisória de cinema que analisou o assunto desde 1999 e apresentou sugestões que serão analisadas pela subcomissão. As propostas são resultantes de audiências públicas em que foram ouvidos diretores, produtores, atores, professores e distribuidores.

Conselho de Ética ouve Antonio Carlos hoje

Ex-presidente do Senado deve apresentar a partir das 14h30 esclarecimentos sobre a violação do painel eletrônico na sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão. Depoimento de José Roberto Arruda está marcado para amanhã

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje, a partir das 14h30, para ouvir o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que apresentará sua versão sobre a violação do painel eletrônico na sessão que cassou o mandato do senador Luiz Estevão, no dia 28 de junho do ano passado. Amanhã, às 9h, será a vez de o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) falar ao Conselho.

Antonio Carlos Magalhães foi apontado pela ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Borges como sendo o autor do pedido para que o painel fosse violado, conforme afirmação que lhe teria feito o senador José Roberto Arruda. Já Arruda sustentou, em discurso, que fez apenas uma consulta à ex-diretora sobre a possibilidade de se conseguir a lista da votação secreta.

A ex-diretora sustentou ainda, em depoimento, ter recebido uma ligação telefônica do senador Antonio Carlos, à época presidente do Senado, quando ele teria agradecido pela lista com os votos. O senador Arruda disse em seu discurso da última segunda-feira que estava na companhia do ex-presidente do Senado quando ele telefonou para Regina Borges.

O Conselho de Ética vem investigando se Antonio Carlos feriu o decoro parlamentar em conversa com três procuradores da República, em feve-



O Conselho de Ética está investigando se Antonio Carlos feriu o decoro parlamentar

reiro passado, quando teria dito que conhecia a lista com os votos secretos da sessão que cassou Luiz Estevão. A conversa foi gravada pelo procurador Luiz Francisco de Souza, o qual mais tarde entregou a fita à revista *IstoÉ*. O Conselho já ouviu os três procuradores, três jornalistas da revista, a ex-diretora do Prodasen e outros dois funcionários do Senado. Também já depuseram um assessor do senador José Roberto Arruda e um programador de computação que dava assistência técnica ao sistema eletrônico de votações.

Em entrevista à imprensa, o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), classificou ontem como "absurdas" as notícias de que estaria sendo construído um acordo para evitar a cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

Para Saturnino, omissão pode incriminar ACM

A alegada omissão do senador Antonio Carlos Magalhães no caso da lista de votação da sessão secreta em que foi cassado o mandato do senador Luiz Estevão pode ajudar a fundamentar um eventual pedido de cassação do ex-presidente do Senado. A opinião foi manifestada pelo relator do caso no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

— Acho que isso pode implicá-lo, mas antes de dar um parecer prefiro ouvir o que o senador terá a dizer no Conselho de Ética — disse Saturnino, ontem.

O relator fez o comentário em função das declarações de Antonio Carlos publicadas ontem. O ex-presidente diz ter recebido e lido a lista com os votos secretos, mas nada fez para punir o delito de violação do sigilo do painel.

Saturnino explicou que estará atento ao que Antonio Carlos dirá em sua defesa no depoimento que terá início às 14h30 de hoje. O relator pretende ob-



Saturnino admite pedir a quebra do sigilo telefônico do ex-presidente do Senado

servar o conteúdo geral e os detalhes.

— Não me ocorre nenhuma justificativa para o que ele fez, mas talvez o senador tenha algo plausível para dizer — ponderou Saturnino.

O relator considera suficiente, no momento, a quebra do sigilo telefônico da ex-diretora do Prodasen Regina Borges, que afirma ter recebido ligações de Antonio Carlos e do ex-líder do governo José Roberto Arruda. Se houver necessidade, disse, será quebrado o sigilo telefônico do ex-presidente do Senado.

Alcântara quer descobrir o responsável por lista anônima

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) relatou ontem as providências que tomou para descobrir o responsável pela criação de um *site* no portal HPG, que divulgou na terça-feira uma lista onde constavam os supostos votos secretos dos senadores na sessão que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão. Indignado e considerando-se atingido por calúnia e difamação, Alcântara disse que pode até não descobrir quem fez a lista, mas garantiu que irá "até o fim".

— Não vou deixar isso pelo meio do caminho. Eu só tenho minha voz e esta tribuna — afirmou.

Alcântara solicitou ao Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) que analise a possibilidade de descobrir o responsável pela confecção do *site*. O diretor do Prodasen, segundo o senador, já respondeu que é possível realizar o rastreamento e que tomará todas as providências necessárias. O senador disse ter consultado também o dono do portal HPG, Caio Andrade, o qual teria afirmado ser impossível saber quem fez o *site*, pois o responsável tomou todas as medidas para não ser identificado.

Outra providência adotada por Alcântara foi solicitar ao Comitê Gestor

da Internet no Brasil que localize o responsável pela lista apócrifa. O senador encaminhou o mesmo pedido ao ministro da Justiça, José Gregori. Ele também apresentou requerimento à Mesa do Senado para, se for possível, recuperar a lista original com a identificação dos votos dos senadores. Se essa possibilidade existir, solicitará a revelação pública desses votos.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que Alcântara não precisa dar satisfações ao Senado, por ter credibilidade e fé pública. José Eduardo Dutra (PT-SE) ressaltou que todos estão reféns "dessa fofoca eletrônica" e repudiou declaração de um senador ao jornal *Correio Braziliense*, de que a lista teria sido criada pelo PT.

Sebastião Rocha (PDT-AP) atestou a postura digna de Alcântara em todos os assuntos tratados no Senado e apoiou as iniciativas anunciadas por ele. Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Luiz Pontes (PSDB-CE) solidarizaram-se com Alcântara e manifestaram sua admiração pelo senador cearense.

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) lamentou que todos os senadores estejam "submetidos a uma molecagem criada dentro do Senado". Antero solicitou ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça



Lúcio Alcântara: "Só tenho minha voz e esta tribuna"

e Cidadania (CCJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), que substitua o relator da proposta de emenda à Constituição que acaba com o voto secreto, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC). O relator é Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que, segundo Antero, não tem condições políticas para relatar o projeto. Cabral esclareceu que Antonio Carlos já apresentou parecer sobre o projeto, que será votado normalmente.

Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que os integrantes do Conselho de Ética e da Corregedoria Geral do Senado estão agindo dentro da lei e apurando os fatos. Ele negou a existência de uma "operação abafa" e acusou a imprensa de estar ajudando a tumultuar as apurações.

Amir Lando (PMDB-RO) disse que Alcântara está enfrentando a situação inusitada de combater fantasmas, enquanto Iris Rezende (PMDB-GO) manifestou sua admiração por Alcântara e disse que a lista divulgada na Internet é "resultado de uma molecagem".

Jader não comenta possível renúncia de Arruda

O presidente do Senado, Jader Barbalho, considerou precipitado comentar a hipótese de uma possível renúncia do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF), que livraria o ex-líder do governo do processo de cassação do mandato e da consequente perda de direitos políticos. Arruda está envolvido na quebra do sigilo do painel eletrônico de votação do Senado. O episódio, ocorrido na sessão secreta em que foi cassado o mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), está sendo investigado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

— Acho precipitado fazer um juízo de valor quando o Conselho de Ética está em fase preliminar da investigação da violação do painel e das possíveis implicações de parlamentares.

Jader também não quis comentar declaração do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de que teria visto, e depois rasgado, a lista de votos dos senadores na sessão de cassação de Luiz Estevão.

Jader creditou ao Conselho de Ética o poder de "analisar as declara-



Jader observa que Conselho de Ética está em fase preliminar de investigações

ções e atitudes" dos parlamentares porventura envolvidos no caso. "Por enquanto, prefiro não fazer nenhum juízo sobre as declarações de Antonio Carlos Magalhães até a manifestação dele no Conselho de Ética ou no Plenário do Senado", disse, negando-se também a comentar o fato de o senador baiano admitir ter "exagerado no ódio" dirigido a ele durante a campanha para a Presidência do Senado.

CPI

Em relação à proposta da base governista de aprovar duas comissões

parlamentares de inquérito (CPIs) sobre irregularidades no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em contraposição à CPI Mista da Corrupção defendida pela oposição, Jader Barbalho se disse disposto a acatar a decisão das lideranças partidárias.

— Como presidente do Senado e do Congresso, os parlamentares podem ter a certeza de que contarão sempre com o meu apoio para instalar quantas CPIs resolverem criar — disse.

Quanto à possibilidade de cassação de seu mandato, diante de denúncias de envolvimento em irregularidades praticadas na Sudam, o presidente do Senado tachou a hipótese de "uma extravagância, de um ridículo sem tamanho". Sobre o fato de não haver entregado as declarações de renda de sua esposa, Márcia Cristina Centeno, desde 1989, explicou só ter divulgado a de 1997 porque era a que expressava o registro da participação dela na Empresa Agropecuária Campo Maior.